

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA
PRIMEIRA EMISSÃO DE YOU INC INCORPORADORA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Primeira Emissão de You Inc Incorporadora e Participações S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

YOU INC INCORPORADORA E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 360, 4º andar, conjunto 41, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 11.284.204/0001-18, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.393.775, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia");

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"); e

- III. como fiador e principal pagador, solidariamente com a Companhia:

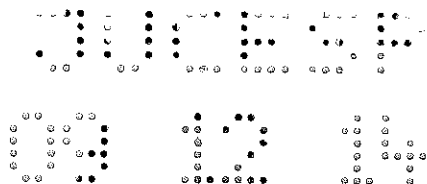
ABRÃO MUSZKAT, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, economista, portador da cédula de identidade n.º 2.935.505, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo ("SSP/SP"), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o n.º 030.899.598-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 360, 4º andar, conjunto 41 ("Garantidor");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

AVONAT 02-743 EN
RUA DOA MISTA

6777821 11027 1

UN TA 02/01/14 14:00:00
COINTELA 0001-14-14
BO 00000000 00 000000 00



1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"), a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), a outorga da Fiança e a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária (conforme definido abaixo) e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo) serão realizadas com base nas deliberações:

- I. da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 4 de novembro de 2014 ("RCA da Companhia");
- II. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 4 de novembro de 2014 ("AGE da Companhia");
- III. da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 1º de dezembro de 2014 ("Nova RCA da Companhia"); e
- IV. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 1º de dezembro de 2014 ("Nova AGE da Companhia").

2. REQUISITOS

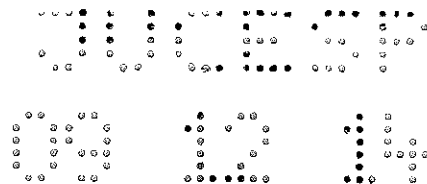
2.1 A Emissão, a Oferta, a outorga da Fiança e a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e do Contrato de Distribuição serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:
 - (a) a ata da RCA da Companhia foi arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Empresas e Negócios";
 - (b) a ata da AGE da Companhia foi arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Empresas e Negócios";
 - (c) a ata da Nova RCA da Companhia será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Empresas e Negócios"; e
 - (d) a ata da Nova AGE da Companhia será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Empresas e Negócios".

ROCAV 62-746 IN
Nº 314-29 ANDAR
RUA BOA VISTA 2

11057 1234775

SAO PAULO 15 DE DEZEMBRO DE 2014
COMISSÃO DE REGULAÇÃO E CONTROLE
DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS



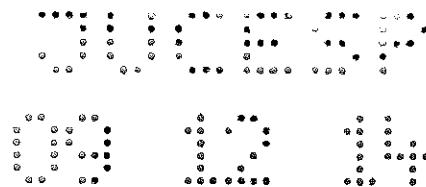
- II. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão:
- (a) inscritos na JUCESP; e
 - (b) registrados ou averbados, conforme o caso, nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
- III. *constituição da Alienação Fiduciária.* Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e observado o disposto na Cláusula 6.11.1 abaixo, a Alienação Fiduciária (conforme definido abaixo) foi formalizada por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Ações e Outros Valores Mobiliários em Garantia", celebrado em 1º de dezembro de 2014, entre Sr. Abrão Muszkat, Sr. Eduardo Muszkat e Sra. Eliane Saslavsky Muszkat (em conjunto, "Outorgantes"), o Agente Fiduciário e a Companhia (tal contrato e seus aditamentos, "Contrato de Alienação Fiduciária"), e será constituída mediante (a) a averbação da Alienação Fiduciária no livro de registro de ações da Companhia ou nos livros da instituição financeira escrituradora (inclusive para que conste do extrato da conta de depósito fornecido ao respectivo acionista Outorgante e, se for o caso, de declaração da instituição financeira escrituradora), conforme o caso; e (b) o registro do Contrato de Alienação Fiduciária no(s) cartório(s) de registro de títulos e documentos, indicado(s) no Contrato de Alienação Fiduciária;
- IV. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- V. *registro para negociação e custódia eletrônica.* Observado o disposto na Cláusula 5.5 abaixo, as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;

RECEBIMOS
Nº 314-28 ANDAR
RUA BOA VISTA

3

11 DEZ 2014 12:34:45

RECEBIMOS
Nº 314-28 ANDAR
RUA BOA VISTA



- VI. *dispensa de registro da Oferta pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada do registro perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e
- VII. *registro da Oferta pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* A Oferta será objeto de registro pela ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", apenas para fins de envio de informações para a Base de Dados da ANBIMA, desde que sejam divulgadas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA antes da data de encerramento da Oferta.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social (i) a incorporação de empreendimentos imobiliários; (ii) loteamento; (iii) construção civil; (iv) compra, venda e administração de imóveis próprios, exceto corretagem; e (v) participação, como quotista ou acionista em outras sociedades, sejam essas simples ou empresariais, nacionais ou estrangeiras.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

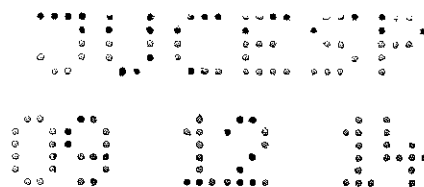
- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados (i) para a aquisição de ações de emissão da Companhia representativas de até 50% (cinquenta por cento) da participação de titularidade de Paladin Realty YI Investors (Brazil), LP ("Paladin") no capital social preferencial e total da Companhia ("Aquisição"); (ii) para o pagamento de dividendos pela Companhia aos titulares de ações preferenciais de sua emissão, nos termos do estatuto social da Companhia; e (iii) o saldo, se houver, para investimentos, pela Companhia, no curso normal de seus negócios.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do "Contrato de Coordenação e Distribuição

57000000-7-71000000
RUA BOA VISTA 4
17027 123475

REGISTRO EM MICROFILME
TÍTULOS E DOCUMENTOS
DE OFICIAL DE REGISTRO DE



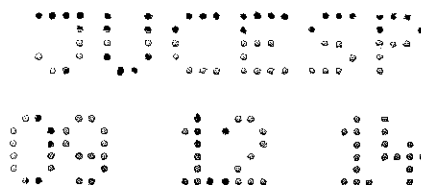
Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Primeira Emissão de You Inc Incorporadora e Participações S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), sob o regime de melhores esforços de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

- 5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, observado o disposto no artigo 3º da Instrução CVM 476, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Companhia, (i) da quantidade de Debêntures objeto da Emissão; e (ii) da Remuneração, observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo ("Procedimento de Bookbuilding").
- 5.2.1 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à Data de Integralização (conforme definido abaixo), independentemente de qualquer aprovação societária adicional da Companhia ou de realização de assembleia geral de Debenturistas.
- 5.3 *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476 e no Contrato de Distribuição.
- 5.4 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a respectiva Data de Integralização ("Preço de Integralização").
- 5.5 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, exceto se a

EXCERTE DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES
DEBÊNTURES DE R\$ 1.000,00

11027 1234775

EXCERTE DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES
DEBÊNTURES DE R\$ 1.000,00



Companhia obter o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

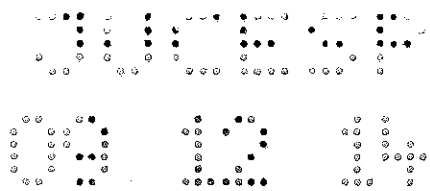
6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de, no máximo, R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), na Data de Emissão, observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas, no máximo, 700 (setecentas) Debêntures, sendo que a quantidade de Debêntures a serem emitidas será definida conforme demanda apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*. Eventual saldo de Debêntures não colocado no âmbito da Oferta será cancelado pela Companhia por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Companhia ou de realização de assembleia geral de Debenturistas.
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será comprovada pelo extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").
- 6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

6
RUA COA VISTA
Nº 512-2º ANDAR

11 DEZ 2011 12:34:45

SEÇÃO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



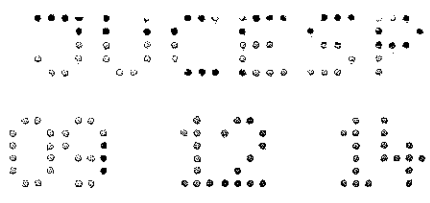
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, que consiste na Alienação Fiduciária, nos termos da Cláusula 6.12 abaixo, e, adicionalmente, garantidas pela Fiança (conforme definido abaixo), nos termos da Cláusula 6.11 abaixo.
- 6.11 *Garantia Fidejussória.* O Garantidor, neste ato, se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiador, principal pagador e solidariamente (com a Companhia) responsável por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia e pelo Garantidor nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida, sem prejuízo das demais disposições previstas no Contrato de Alienação Fiduciária ("Obrigações Garantidas"), observado o disposto na Cláusula 6.23 abaixo ("Fiança").
- 6.11.1 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.28 abaixo (e subcláusulas), nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva quitação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.
- 6.11.2 A Fiança entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

8700V 52-716 24
RUA SOA 151A

7

5777821 11027 1

04 70 70 70 70 70 70 70 70 70
04 70 70 70 70 70 70 70 70 70
04 70 70 70 70 70 70 70 70 70

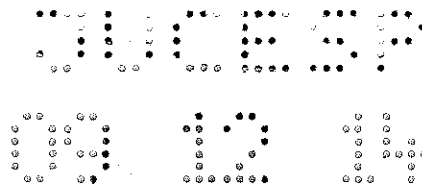


- 6.11.3 O Garantidor, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, exigir e/ou demandar a Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil (conforme definido abaixo) contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.
- 6.11.4 Os pagamentos que vierem a ser realizados pelo Garantidor com relação às Debêntures serão realizados de modo que os Debenturistas recebam do Garantidor os valores que lhes seriam entregues caso esses pagamentos tivessem sido realizados pela Companhia, não cabendo ao Garantidor realizar qualquer dedução que não seria realizada pela Companhia caso a Companhia tivesse realizado o respectivo pagamento.
- 6.11.5 O Garantidor não poderá, em qualquer hipótese, se escusar do cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, mesmo em razão de qualquer pretensão, ação, disputa, reclamação, objeção ou oposição pela Companhia.
- 6.11.6 O Garantidor poderá realizar o pagamento das Obrigações Garantidas previamente ao início de qualquer processo para a excussão da Fiança; neste caso, o Garantidor deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, na mesma data, documentação comprobatória do referido pagamento.
- 6.12 *Alienação Fiduciária.* Em garantia do integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, deverá ser constituída, até a 1ª (primeira) Data de Integralização, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos e outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia, que sejam ou venham a ser, a qualquer título e a qualquer tempo, de titularidade dos Outorgantes, incluindo as Ações do(s) Aumento(s) de Capital (conforme definido abaixo) subscritas e integralizadas pelos Outorgantes, nos termos da Cláusula 6.12.1 abaixo, inciso VII, bem como os direitos a estas inerentes, conforme previsto no Contrato de Alienação

RECEBUE
RUA BOA VISTA
Nº 314-21 APT 404

11027 123445

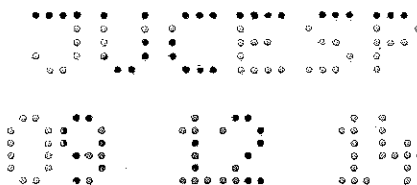
RECEBUE
RUA BOA VISTA
Nº 314-21 APT 404



Fiduciária ("Alienação Fiduciária" e, em conjunto com a Fiança, "Garantias").

6.12.1 Fica desde já certo e ajustado que os Outorgantes poderão, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério e sem a necessidade de qualquer autorização dos Debenturistas, alienar participação de sua titularidade no capital social da Companhia (sem que isso constitua um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo), observado o disposto na Cláusula 6.28.1 abaixo, inciso VII), desde que, cumulativamente ("Operação Permitida"):

- I. sejam observadas todas as disposições previstas no Contrato de Alienação Fiduciária, incluindo as cláusulas relativas ao aperfeiçoamento da Alienação Fiduciária e ao Percentual da Alienação Fiduciária (conforme definido abaixo);
- II. não esteja em curso qualquer Evento de Inadimplemento;
- III. os Outorgantes alienem ações de emissão da Companhia sujeitas à Alienação Fiduciária ("Ações Alienadas Fiduciariamente") sempre em conjunto e proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social votante e total da Companhia;
- IV. seja apresentada ao Agente Fiduciário comunicação nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária;
- V. na mesma data de realização da Operação Permitida, mas previamente à sua realização, seja celebrado aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, para liberar a Alienação Fiduciária exclusivamente com relação às Ações Alienadas Fiduciariamente objeto da Operação Permitida, sendo tal liberação em condição resolutiva caso a Operação Permitida não seja realizada;
- VI. no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de realização da Operação Permitida, os Outorgantes entreguem ao Agente Fiduciário uma cópia do documento que formaliza a Operação Permitida, devidamente assinado pelos Outorgantes, pela Companhia e pelo(s) respectivo(s) comprador(es);
- VII. no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de pagamento (i) do preço de aquisição das Ações Alienadas Fiduciariamente objeto da Operação Permitida ("Valor da Operação Permitida") (caso o Valor da Operação Permitida seja pago em uma única parcela); ou (ii) de cada parcela do Valor da Operação Permitida (caso o Valor da Operação Permitida seja pago a prazo), seja realizado um aumento de capital da Companhia, em montante igual a 2 (duas) vezes (a) o Valor da Operação Permitida (caso o Valor da Operação Permitida seja pago em uma única parcela); ou (b) o valor da



respectiva parcela do Valor da Operação Permitida (caso o Valor da Operação Permitida seja pago a prazo), mediante a emissão, pela Companhia, de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ("Ações do(s) Aumento(s) de Capital"), a serem integralizadas à vista, em moeda corrente nacional ("Aumento(s) de Capital"), observado que os Outorgantes deverão subscrever e integralizar (i) Ações do(s) Aumento(s) de Capital decorrentes do exercício integral dos seus direitos de preferência; e (ii) a totalidade das sobras de Ações do(s) Aumento(s) de Capital não subscritas e integralizadas pelos demais acionistas da Companhia; e

VIII. no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de realização do(s) Aumento(s) de Capital, apresentem ao Agente Fiduciário uma cópia do ato societário por meio do qual foi(oram) formalizado(s) o(s) Aumento(s) de Capital, devidamente registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, acompanhada de cópia das respectivas e regulares publicações.

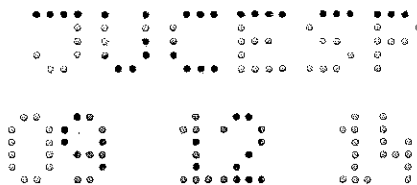
6.12.2 Nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, deverão ser mantidas sujeitas à Alienação Fiduciária (em conjunto, "Percentual da Alienação Fiduciária"):

- I. até o Dia Útil imediatamente anterior à data de realização da primeira Operação Permitida, a totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade dos Outorgantes, que deverão corresponder, cumulativamente (a) a, no mínimo, a maioria do capital social votante e total da Companhia; e (b) ao controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia; e
- II. a partir, inclusive, da data de realização de uma Operação Permitida, a totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade dos Outorgantes, que deverão corresponder a, no mínimo, o controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia.

6.12.3 A celebração de qualquer documento relacionado a uma Operação Permitida deverá ser informada, por escrito, ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 12.1 abaixo, e aos Debenturistas, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.29 abaixo ou de comunicação individual, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de celebração do respectivo documento.

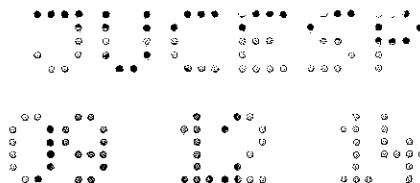
6.12.4 As disposições relativas à Alienação Fiduciária e ao Percentual da Alienação Fiduciária estão descritas no Contrato de Alienação Fiduciária, o qual é parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.

17027 123465
RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR



- 6.13 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").
- 6.14 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de dezembro de 2019 ("Data de Vencimento").
- 6.15 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 4 (quatro) parcelas anuais e sucessivas, sendo:
- I. a primeira parcela, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 10 de dezembro de 2016;
 - II. a segunda parcela, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 10 de dezembro de 2017;
 - III. a terceira parcela, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 10 de dezembro de 2018; e
 - IV. a quarta parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida na Data de Vencimento.
- 6.16 *Remuneração.* A remuneração das Debêntures será a seguinte:
- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
 - II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa correspondente a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado a 5,00% (cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e

RTONY EZ-718 AN
RUA BOA VISTA



cinquenta e dois) dias úteis ("*Spread*", e, em conjunto com a Taxa DI, "*Remuneração*"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 10 (dez) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 10 de março de 2015 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido do *Spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

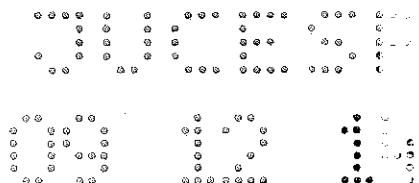
$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de "1" até "n";

9777821 23011



TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = *Spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = Sobretaxa, conforme definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

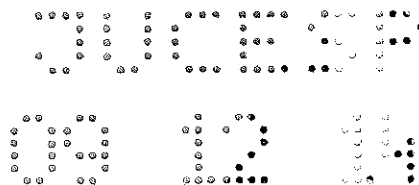
Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.16.1 Observado o disposto na Cláusula 6.16.2 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado,

RECEBEMOS
15/04/2014



automaticamente, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia, o Garantidor e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

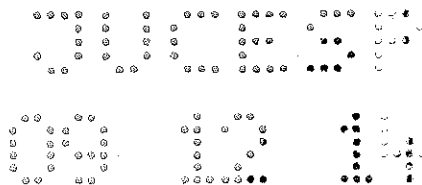
6.16.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou da data da proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia, o Garantidor e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Companhia optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Companhia a comunicar o Agente Fiduciário e os Debenturistas por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, o que ocorrer primeiro, qual a alternativa escolhida:

- I. a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures (sem prejuízo da Fiança, nos termos desta Escritura de Emissão), com seu consequente cancelamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante o pagamento aos Debenturistas do saldo devedor do Valor

RUA SOA VISTA
1151-A NOS VOR
H# 314-28 ANDAR

110E7E 1234775

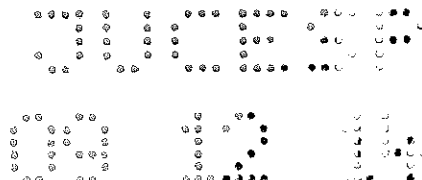
ON EN RECHON M3 CUBIGER
REGIÃO EM MICHIEL
TULOS E DOCUMENTOS
BO CH/AMON BO TIVUAD 22



Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

- II. a Companhia deverá amortizar a totalidade das Debêntures, em cronograma a ser estipulado pela Companhia, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento, observado que, durante o cronograma estipulado pela Companhia para amortização e até a integral quitação das Debêntures em Circulação, as Debêntures em Circulação farão jus à remuneração calculada com base na fórmula constante da Cláusula 6.16 acima, porém, utilizando-se, em substituição à Taxa DI, a taxa oficial que venha a substituí-la ou, caso nenhuma taxa oficial seja indicada em substituição à Taxa DI, a taxa representativa da remuneração média ponderada utilizada pelas instituições financeiras quando da emissão de títulos para captação de recursos no mercado financeiro brasileiro.
- 6.16.3 O Garantidor desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 6.16.1 e 6.16.2 acima, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Companhia de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. O Garantidor, desde já, concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 6.16.2 acima.
- 6.17 *Repactuação Programada*. Não haverá repactuação programada.
- 6.18 *Resgate Antecipado Facultativo*. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, e independentemente da anuência dos Debenturistas, realizar, a qualquer tempo a partir, inclusive, de 10 de dezembro de 2015, mediante aviso prévio ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.18.3 e 6.18.4 abaixo, e à CETIP, ao Escriturador e ao Banco Liquidante, nos termos da Cláusula 6.18.5 abaixo, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial) das Debêntures ("Regaste Antecipado Facultativo"), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento aos Debenturistas do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente

5777821 10271



anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e, observado o disposto na Cláusula 6.18.1 abaixo, de prêmio, incidente sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, correspondente a:

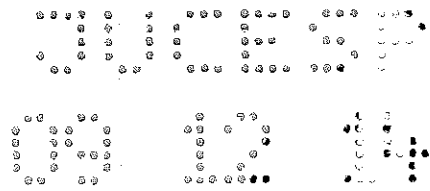
- I. 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 10 de dezembro de 2015 (inclusive) e 10 de dezembro de 2016 (exclusive);
 - II. 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 10 de dezembro de 2016 (inclusive) e 10 de dezembro de 2017 (exclusive);
 - III. 2,00% (dois por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 10 de dezembro de 2017 (inclusive) e 10 de dezembro de 2018 (exclusive); e
 - IV. 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 10 de dezembro de 2018 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).
- 6.18.1 Fica desde já certo e ajustado que o Resgate Antecipado Facultativo não estará sujeito ao pagamento de prêmio ou de qualquer outra penalidade, se, respeitada a data inicial de 10 de dezembro de 2015, o Resgate Antecipado Facultativo ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data (i) de recebimento, pela Companhia, de recursos decorrentes de um Evento de Liquidez, (conforme definido abaixo) (exceto qualquer Evento de Liquidez Privado Primário a Prazo (conforme definido abaixo)) com parcela primária, ou (ii) do primeiro recebimento, pela Companhia, de recursos decorrentes de um Evento de Liquidez Privado Primário a Prazo, observado, entretanto, que, em qualquer caso, com relação ao Resgate Antecipado Facultativo que seja realizado entre a Data de Emissão e 10 de dezembro de 2015, o prazo de 30 (trinta) dias não será aplicável, bastando a comprovação, ao Agente Fiduciário, de que o Resgate Antecipado Facultativo será realizado com recursos entregues à Companhia decorrentes de um Evento de Liquidez com parcela primária realizado entre a Data de Emissão e 10 de dezembro de 2015.

6.18.2 Para os fins desta Escritura de Emissão:

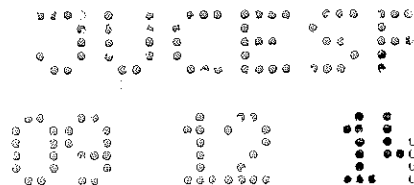
- I. "BM&FBOVESPA" significa BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
- II. "Evento de Liquidez" significa um Evento de Liquidez Privado Primário, um Evento de Liquidez Público Primário e/ou um Evento de Liquidez Público Primário e Secundário;

16
1234775 170211

ON 2014-01-01 10:00:00
BOVESPA
BOVESPA



- III. "Evento de Liquidez Privado Primário" significa um aumento de capital da Companhia que não o(s) Aumento(s) de Capital, mediante a emissão, pela Companhia, de ações, com integralização à vista ou, observado o disposto nas Cláusulas 6.18.1 e 6.19.1 abaixo, a prazo ("Evento de Liquidez Privado Primário a Prazo"), em moeda corrente nacional, que somente poderá ocorrer se, cumulativamente:
- (a) tal aumento de capital corresponder a, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social da Companhia;
 - (b) não estiver em curso qualquer Evento de Inadimplemento;
 - (c) o Percentual da Alienação Fiduciária previsto na Cláusula 6.12.1 acima esteja atendido antes e imediatamente após a realização do Evento de Liquidez Privado Primário; e
 - (d) seja apresentada ao Agente Fiduciário comunicação nos termos da Cláusula 12.1 abaixo, e aos Debenturistas, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.29 abaixo ou de comunicação individual, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de celebração do respectivo documento; e
- IV. "Evento de Liquidez Público Primário" significa uma oferta pública de distribuição exclusivamente primária (ou seja, mediante a emissão, pela Companhia, de ações, com integralização à vista, em moeda corrente nacional) de ações de emissão da Companhia, com registro na CVM e listagem em segmento de governança corporativa da BM&FBOVESPA; e
- V. "Evento de Liquidez Público Primário e Secundário" significa uma oferta pública de distribuição primária (ou seja, mediante a emissão, pela Companhia, de ações, com integralização à vista, em moeda corrente nacional) e secundária (ou seja, mediante a alienação, por acionistas da Companhia, de ações de sua titularidade) de ações de emissão da Companhia, com registro na CVM e listagem em segmento de governança corporativa da BM&FBOVESPA.
- 6.18.3 O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação dirigida ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 12.1 abaixo, e aos Debenturistas, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.29 abaixo ou de comunicação individual ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"), com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Data do Resgate Antecipado Facultativo").
- 6.18.4 Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverão constar (i) Data do Resgate Antecipado Facultativo; e (ii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.



- 6.18.5 O Resgate Antecipado Facultativo deverá ser informado à CETIP, ao Banco Liquidante e ao Escriturador com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da Data do Resgate Antecipado Facultativo.
- 6.18.6 Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.
- 6.18.7 A Data do Resgate Antecipado Facultativo deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.
- 6.19 *Amortização Antecipada Facultativa.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da anuência dos Debenturistas, realizar, a qualquer tempo a partir, inclusive, de 10 de dezembro de 2015, mediante aviso prévio ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.19.3 e 6.19.4 abaixo, e à CETIP, ao Escriturador e ao Banco Liquidante, nos termos da Cláusula 6.19.5 abaixo, amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures ("Amortização Facultativa"), mediante o pagamento aos Debenturistas de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e, observado o disposto na Cláusula 6.19.1 abaixo, de prêmio, incidente sobre a parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação a ser amortizada, acrescida da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), correspondente a:
- I. 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento), caso a amortização antecipada ocorra entre 10 de dezembro de 2015 (inclusive) e 10 de dezembro de 2016 (exclusive);
 - II. 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento), caso a amortização antecipada ocorra entre 10 de dezembro de 2016 (inclusive) e 10 de dezembro de 2017 (exclusive);
 - III. 2,00% (dois por cento), caso a amortização antecipada ocorra entre 10 de dezembro de 2017 (inclusive) e 10 de dezembro de 2018 (exclusive); e
 - IV. 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento), caso a amortização antecipada ocorra entre 10 de dezembro de 2018 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).

17 DEZ 2015
RUA BOA VISTA
Nº 312-24 ANILAN

17 DEZ 2015
RUA BOA VISTA
Nº 312-24 ANILAN

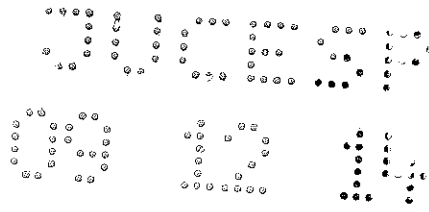
RECEBIMOS DO DEBITADO
O VALOR DE R\$ 1.234.475,00
EM 17 DE DEZEMBRO DE 2015
PAGAMENTO DE DEBITO

- 6.19.1 Fica desde já certo e ajustado que a Amortização Antecipada Facultativa não estará sujeita ao pagamento de prêmio ou de qualquer outra penalidade, se, respeitada a data inicial de 10 de dezembro de 2015, a Amortização Antecipada Facultativa ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data (i) de recebimento, pela Companhia, de recursos decorrentes de um Evento de Liquidez (exceto qualquer Evento de Liquidez Privado Primário a Prazo) com parcela primária, ou (ii) do primeiro recebimento, pela Companhia, de recursos decorrentes de um Evento de Liquidez Privado Primário a Prazo observado, entretanto, que, em qualquer caso, com relação à Amortização Antecipada Facultativa que seja realizada entre a Data de Emissão e 10 de dezembro de 2015, o prazo de 30 (trinta) dias não será aplicável, bastando a comprovação, ao Agente Fiduciário, de que a Amortização Antecipada Facultativa será realizada com recursos entregues à Companhia decorrentes de um Evento de Liquidez com parcela primária realizado entre a Data de Emissão e 10 de dezembro de 2015.
- 6.19.2 Os valores pagos a título de amortização do Valor Nominal Unitário serão sempre imputados de forma proporcional ao valor das parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário constantes da Cláusula 6.19 acima, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional (inclusive independentemente de qualquer aditamento a esta Escritura de Emissão), mantendo-se inalteradas as datas de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário.
- 6.19.3 A Amortização Facultativa somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação dirigida ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 12.1 abaixo, e aos Debenturistas, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.29 abaixo ou de comunicação individual ("Comunicação de Amortização Facultativa"), com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data prevista para realização da efetiva Amortização Facultativa ("Data da Amortização Facultativa").
- 6.19.4 Na Comunicação de Amortização Facultativa deverão constar (i) a Data da Amortização Facultativa; (ii) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures que será amortizado na Data da Amortização Facultativa, observado o disposto na Cláusula 6.19 acima; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Facultativa.
- 6.19.5 A Amortização Facultativa deverá ser informada à CETIP, ao Banco Liquidante e ao Escriturador com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da Data da Amortização Facultativa.
- 6.19.6 Caso ocorra a Amortização Facultativa de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a respectiva Amortização Facultativa também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

SECRET
NOFORN

977782 2301.19

1. 1990年10月10日，在“90年中国新闻”中，有“中国新闻”一栏，其中有一则新闻，标题为“中国新闻”，内容为“中国新闻”。

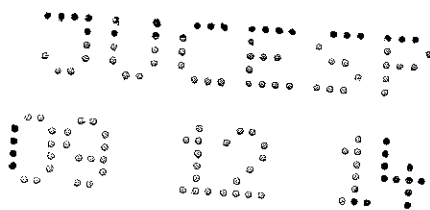


6.19.7 A Data da Amortização Facultativa deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.20 *Oferta Facultativa de Resgate Antecipado.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"):

- I. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.29 abaixo ou de comunicação individual aos Debenturistas ("Aviso de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em Circulação; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em Circulação, a quantidade de Debêntures em Circulação objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso IV abaixo; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor e/ou o percentual do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação, à Companhia, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado e que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data de publicação do Aviso de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;
- II. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a realização ou não do resgate antecipado, conforme os critérios estabelecidos no Aviso de Oferta Facultativa

AVISO DE OFERTA FACULTATIVA
DE RESGATE ANTECIPADO



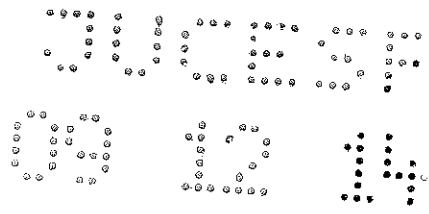
de Resgate Antecipado; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP a respectiva data do resgate antecipado;

- III. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;
 - IV. caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em Circulação, e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio;
 - V. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 6.23 abaixo; e
 - VI. o resgate antecipado será realizado, com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; e (b) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.
- 6.21 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando

9777821 11087 21

STUDY 82-715-3N
VISA FOR VOB
STUDY 82-715-3N
STUDY 82-715-3N
STUDY 82-715-3N

Handwritten signature and initials.



recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

- 6.22 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.23 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou por qualquer dos Outorgantes, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária, serão realizados (i) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado ou de amortização antecipada e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) pela Companhia, nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso; ou (iii) pelos Outorgantes, em qualquer caso, por meio do Escriturador ou no respectivo domicílio, conforme o caso.
- 6.24 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa, (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária, realizada ou não por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo.
- 6.25 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e pelo Garantidor aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("*Encargos Moratórios*").
- 6.26 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações

17 DEZ 22 1234765

RECEBIMOS DA COMPANHIA DE CEMENTOS DE SÃO PAULO
O VALOR DE R\$ 1234765,00
EM 17 DE DEZEMBRO DE 2022
Pelo Debenturista: _____

11 DEZ 2014

pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

- 6.27 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou ao Escriurador e à Companhia, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.28 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.28.1 a 6.28.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e pelo Garantidor, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.28.1 abaixo e 6.28.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").
- 6.28.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.28.3 abaixo:
- I. inadimplemento, pela Companhia e/ou pelo Garantidor, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
 - II. questionamento judicial, pela Companhia e/ou por qualquer dos Outorgantes, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer das Garantias;
 - III. cessão ou qualquer forma de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou por qualquer dos Outorgantes, conforme aplicável, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária, exceto:

11 DEZ 2014 12:34:45

RECEBUE
BOLSA DE VALORES
DE SÃO PAULO

Handwritten signature and initials.

SECRETARIA
DE ECONOMIA
FISCAL

- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; ou
 - (b) se em decorrência de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pela Cláusula 6.28.2 abaixo, inciso V;
- IV. não constituição da Alienação Fiduciária, nos termos e prazos previstos na Cláusula 6.11.1 acima e no Contrato de Alienação Fiduciária;
 - V. caso a Alienação Fiduciária seja anulada, declarada nula, ou invalidada sob qualquer forma, deteriorada ou, de qualquer forma, deixar de existir, incluindo o não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos no Contrato de Alienação Fiduciária aos limites, percentuais e/ou valores da Alienação Fiduciária;
 - VI. com relação a qualquer dos bens objeto da Alienação Fiduciária e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, conforme aplicável, qualquer forma de alteração, alienação, venda, cessão, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (conforme definido abaixo) (exceto pela Alienação Fiduciária), ou permissão que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, exceto conforme estabelecido no Contrato de Alienação Fiduciária;
 - VII. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Outorgantes, conforme aplicável, de quaisquer dos termos e prazos previstos na Cláusula 6.12.1 acima;
 - VIII. morte, declaração de incapacidade ou declaração de ausência ou insolvência do Garantidor, sem que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do evento, seja aprovado substituto por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;
 - IX. liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, exceto se em decorrência de uma operação societária que não constitua um

24
RUA BOA VISTA
Nº 314-29 ANDAR

11 DEZ 12 34665

RECEBIMOS DA
COMPANHIA DE
CREDITO FINANCEIRO
DO BRASIL S.A.

SECRETARIA
DE ECONOMIA

Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pela Cláusula 6.28.2 abaixo, inciso V;

- X. (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia; (c) pedido de falência da Companhia, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- XI. decretação judicial de insolvência de qualquer dos Outorgantes;
- XII. transformação da forma societária da Companhia, de modo que deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XIII. redução de capital social da Companhia, exceto:
 - (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; ou
 - (b) para a absorção de prejuízos; ou
 - (c) decorrente da Aquisição e de eventual aquisição, pela Companhia, de ações preferenciais classe E, a serem realizadas nos termos do estatuto social da Companhia e das disposições legais aplicáveis, especialmente a Lei das Sociedades por Ações, e do acordo de acionistas da Companhia celebrado em 31 de outubro de 2014 entre a Paladin, o Garantidor e Sr. Eduardo Muszkat; ou
- XIV. vencimento antecipado de qualquer Obrigação Financeira (conforme definido abaixo) da Companhia e/ou do Garantidor (ainda que na condição de garantidor), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA/Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), ou seu equivalente em outras moedas.

6.28.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.28.5 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Outorgantes, conforme aplicável, de qualquer obrigação não

25
RUA BOA VISTA
123456789
17027 123456789

SECRETARIA DE ECONOMIA
RUA BOA VISTA
123456789
17027 123456789

h
f

- II. invalidade, nulidade ou inexecutabilidade, por decisão judicial, desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições) e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária (e/ou de qualquer de suas disposições);
- III. não atendimento, pela Companhia, do Percentual da Alienação Fiduciária, não sanado no prazo de 5 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo não atendimento;
- IV. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 4 acima;
- V. cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, exceto:
 - (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou
 - (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou
 - (c) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer Controlada ou de qualquer sociedade que seja controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) por terceiros (i) cujo objeto social preponderante coincida com o objeto social preponderante da Companhia ou (ii) cujo(s) único(s) ativo(s) registrado(s) em sua demonstração contábil e/ou financeira seja(m) terreno(s) que servirá(ão) exclusivamente para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário pela Companhia; ou

SECRETARIA DE ECONOMIA
FISCAL

(d) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de ações de emissão de qualquer Controlada ou de qualquer sociedade que seja controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) por terceiros (i) cujo objeto social preponderante coincida com o objeto social preponderante da Companhia ou (ii) cujo(s) único(s) ativo(s) registrado(s) em sua demonstração contábil e/ou financeira seja(m) terreno(s) que servirá(ão) exclusivamente para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário pela Companhia; ou

VI. alteração ou transferência do controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia, exceto se:

- (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou
- (b) respeitado o Percentual da Alienação Fiduciária, o controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) passar a se concentrar exclusivamente com Sr. Abrão Muszkat ou exclusivamente com Sr. Eduardo Muszkat e cônjuge; ou
- (c) tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da alteração ou transferência do controle, o resgate das Debêntures de que sejam titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;

VII. alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se:

- (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou
- (b) não resultar em alteração da atividade principal da Companhia;

VIII. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia e/ou por qualquer dos Outorgantes, conforme aplicável, nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária é incorreta em qualquer aspecto relevante ou falsa, em qualquer das datas em que tiver sido prestada;

27
RUA BOA VISTA
Nº 346 - JARDIM

17027 1234765

RECEBIMOS DA
SECRETARIA DE ECONOMIA
FISCAL

3

f

30.05.2014

- IX. inadimplemento, pela Companhia e/ou pelo Garantidor (ainda que na condição de garantidor), de qualquer Obrigação Financeira em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, ou, em sua falta, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do respectivo inadimplemento;
- X. protesto de títulos contra a Companhia e/ou pelo Garantidor (ainda que na condição de garantidor), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que:
- (a) o(s) protesto foi(ram) efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiro; ou
 - (b) o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s); ou
 - (c) foram prestadas garantias em juízo; ou
 - (d) o valor objeto do(s) protesto(s) foi devidamente quitado;
- XI. existência de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Companhia e/ou o Garantidor, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se a efetiva perda estiver devida e integralmente provisionada nas então mais recentes Demonstrações Financeiras da Companhia (conforme definido abaixo), de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis;
- XII. constituição de qualquer Ônus sobre ativo(s) da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto (observado que as exceções abaixo não se aplicam a qualquer dos bens objeto da Alienação Fiduciária e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes):
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou
 - (b) por Ônus existentes na Data de Emissão, conforme previsto nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras da Companhia então mais recentes na Data de Emissão; ou

28/05/2014 14:28
RUA SOA VISTA

11027 123445

REGISTRO EM NOME DO
CONDOMÍNIO E SÓCUL
DE OBRIGADO E SÓCUL

JUL 29 09 10 14

- (c) por Ônus constituídos em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações, totais ou parciais, de dívidas existentes na Data de Emissão, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo que garante a dívida renovada, substituída ou repactuada; ou
- (d) por Ônus existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma Controlada e que não tenha sido criado em virtude ou em antecipação a esse evento; ou
- (e) por Ônus constituídos para permitir e financiar a aquisição e/ou o desenvolvimento, após a Data de Emissão, de qualquer ativo, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido e/ou sobre seus desdobramentos; ou
- (f) por Ônus constituídos sobre valores recebidos em contrapartida à venda de qualquer ativo, desde que tal Ônus seja constituído exclusivamente para garantir eventuais contingências relacionadas ao ativo vendido; ou
- (g) por Ônus constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos; ou
- (h) por Ônus constituídos em garantia de dívidas em valor, individual ou agregado, limitado, a qualquer tempo, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas;
- (i) por Ônus constituído em garantia de Obrigação Financeira (conforme definido abaixo) contratada para viabilizar o pagamento do Resgate Antecipado Facultativo, nos termos da Cláusula 6.18 acima (e subcláusulas), observado que o Resgate Antecipado Facultativo deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da constituição de tal Ônus;

XIII. contratação, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de qualquer Obrigação Financeira, exceto:

- (a) se a Obrigação Financeira for previamente autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou
- (b) por Obrigações Financeiras decorrentes de avais concedidos pela Companhia em favor de suas Controladas no curso normal dos negócios;

29
RUA DOA V-574
715-A 703 108

17027 123775

REG. DE COM. E C. DE
C. DE COM. E C. DE
C. DE COM. E C. DE

2010年12月25日 星期六
 第10000号
 第10000号

09 10 14

1,70 (um inteiro e setenta centésimos) vez	2015	2016
1,10 (um inteiro e dez centésimos) vez	2016	2017
0,90 (noventa centésimos) vez	2017	2018
0,60 (sessenta centésimos) vez	2018	2019

; e

(b) (Saldo de Caixa Controladora + (Carteira de Recebíveis Total x Participação Empreendimento Imobiliário x Fator You) – (Passivo Terreno x Participação Empreendimento Imobiliário))/Serviço de Dívida (conforme definidos abaixo) igual ou superior a 1,40 (um inteiro e quarenta centésimos) vez.

6.28.3 Para os fins da Cláusula 6.28.2 acima, inciso XVIII, se, a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão, forem alteradas as regras contábeis aplicáveis à preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia, nos termos da Cláusula 7.1 abaixo, inciso I ("Novas Regras Contábeis"), os Índices Financeiros deverão ser calculados, independentemente de qualquer aprovação societária adicional da Companhia ou de realização de assembleia geral de Debenturistas, de acordo com as regras contábeis aplicáveis à preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão. A Companhia deverá apresentar para apuração do Auditor Independente a memória de cálculo e todas as rubricas necessárias à apuração dos Índices Financeiros, nos termos desta Cláusula 6.28.3. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula 6.28.3, os Índices Financeiros poderão ser ajustados de outra forma que não para adequá-los às Novas Regras Contábeis, desde que previamente e na forma acordada entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

6.28.4 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.28.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.28.5 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.28.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo

32

110371 247779

RECEBIMOS DA COMPANHIA DE DEBENTURAS
30/09/2016
32

000000
09 12 14

previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures. Para os fins desta Escritura de Emissão, será considerado como tendo o Agente Fiduciário tomado conhecimento de qualquer informação (i) se fornecida pela Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão; (ii) se fornecida por qualquer Debenturista; ou (ii) se divulgada por qualquer meio de comunicação dirigido ao público em geral, o que inclui, mas não se limita, a jornais de grande circulação, a portal de notícias e a quaisquer páginas na rede mundial de computadores.

- 6.28.6 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (sem prejuízo da Fiança, nos termos desta Escritura de Emissão), com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou pelo Garantidor nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
- 6.28.7 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão de qualquer das Garantias, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados, pelo Agente Fiduciário, na amortização ou, se possível, quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão de qualquer das Garantias, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores

27000000-000000
VIA 000 000 33

9777621 23011

00000000-000000
00000000-000000
00000000-000000

6.28.8 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- WFOG 62-718 ON
VISA POSTBOX 34

23445 1107

PAGE TWO
SICILIANOS IN NEW YORK CITY
TO THE DIRECTOR FBI BUREAU

END
FBI NEW YORK

✓ 4

8

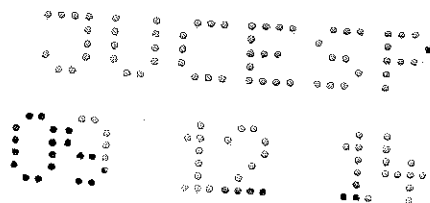
XIV. "Ônus" significa hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DO GARANTIDOR

I. exclusivamente com relação à Companhia, disponibilizar em sua página na Internet e fornecer ao Agente Fiduciário:

(b) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término do primeiro semestre de seu exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia das

[illegible]



demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas da Companhia com revisão limitada pelo Auditor Independente, relativas ao respectivo semestre, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com as regras emitidas pela CVM, com os pronunciamentos do CPC e com as resoluções do CFC (respectivamente, "Demonstrações Financeiras Individuais Revisadas da Companhia" e "Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia", e, em conjunto, "Demonstrações Financeiras Revisadas da Companhia") (as Demonstrações Financeiras Individuais Auditadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Individuais Revisadas da Companhia, quando referidas indistintamente, "Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia" e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia, quando referidas indistintamente, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia") (as Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, quando referidas indistintamente, "Demonstrações Financeiras da Companhia");

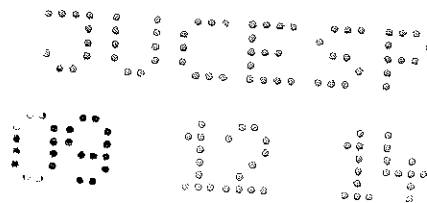
II. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) exclusivamente com relação à Companhia, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data a que se refere o inciso I acima, alíneas (a) e (b), o relatório específico elaborado pelos Auditores Independentes, contendo a memória de cálculo e todas as rubricas necessárias à verificação dos Índices Financeiros devidamente auditados ou revisados, conforme o caso, incluindo (i) a abertura, em bases mensais, em ativo circulante e ativo não circulante e respectivos percentuais realizados e não realizados, do saldo do contas a receber de clientes da Companhia; e (ii) a abertura, em bases mensais, em Controladas diretas ou indiretas da Companhia, do saldo de terrenos a pagar adquiridos de terceiros pelas Controladas diretas ou indiretas da Companhia, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Companhia e/ou aos Auditores Independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (b) exclusivamente com relação à Companhia, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data a que se refere o inciso I acima, alíneas (a) e (b), declaração firmada por representantes

37

11057 123445

11057 123445



legais da Companhia, na forma de seu estatuto social, atestando (i) a veracidade e ausência de vícios dos Índices Financeiros; (ii) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária; (iii) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Companhia e/ou do Garantidor perante os Debenturistas; (iv) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Companhia, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Companhia e/ou ao Auditor Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

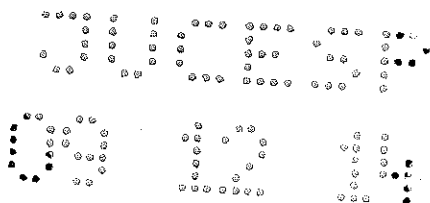
- (c) exclusivamente com relação ao Garantidor, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data a que se refere o inciso I acima, alíneas (a) e (b), declaração firmada pelo Garantidor, atestando (i) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária; (ii) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações de qualquer dos Outorgantes perante os Debenturistas; (iii) que possui patrimônio suficiente para quitar as obrigações objeto da Fiança, podendo o Agente Fiduciário solicitar ao Garantidor todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (d) exclusivamente com relação à Companhia, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (e) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência (i) de qualquer inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Outorgantes, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária; e/ou (ii) de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (f) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia e/ou por qualquer dos Outorgantes, relacionada (i) a qualquer inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Outorgantes, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de

470KV 62-712 EN
RUA COA 451A

38

5777821 23011

em 27/01/2010 às 10:00h
GOVERNADOR E SECRETÁRIO
DO GOV. DO RJ



Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária; e/ou (ii) a um Evento de Inadimplemento;

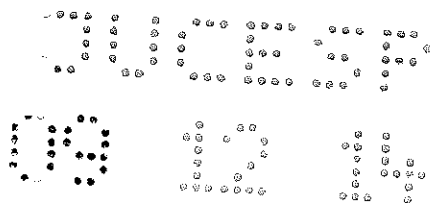
- (g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia e das Controladas, consideradas em conjunto; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia de cumprir qualquer de suas obrigações relevantes nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária ("Efeito Adverso Relevante");
- (h) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (i) exclusivamente com relação à Companhia, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCESP, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;
- (j) exclusivamente com relação à Companhia, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo registro nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;
- (k) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, declaração firmada por representantes legais da Companhia e acerca da utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 4 acima;

III. cumprir, e fazer com que as Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;

IV. manter, assim como as Controladas, em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras

39
170EZ 123475

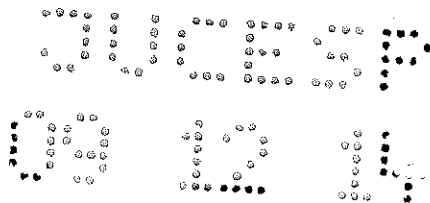
RECEBIMOS DA
EMPRESA E CONTROLADAS
A QUANTIA DE R\$ 1.234.750,00
EM 17/07/2011



- obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- V. exclusivamente com relação à Companhia, manter, e fazer com que as Controladas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- VI. exclusivamente com relação à Companhia, manter, e fazer com que as Controladas mantenham, seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- VII. exclusivamente com relação à Companhia, manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- VIII. exclusivamente com relação à Companhia, contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Auditor Independente, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);
- IX. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia e, se aplicável, do Garantidor;
- X. exclusivamente com relação à Companhia, realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XI. exclusivamente com relação à Companhia, notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XII. exclusivamente com relação à Companhia, convocar, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos

40
17027 1234775

RECEBUEMOS
EM 10/03/2010
DO DEPARTAMENTO DE
CONTABILIDADE E FINANÇAS



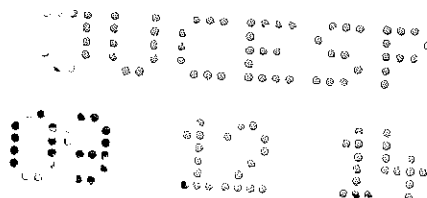
Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável;

- XIII. comparecer, por meio de seus representantes, se aplicável, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitados; e
- XIV. exclusivamente com relação à Companhia, sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:
- (a) preparar as demonstrações financeiras da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter as demonstrações financeiras da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
 - (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da respectiva data de divulgação, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
 - (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação

41
11 DEZ 2002
677782

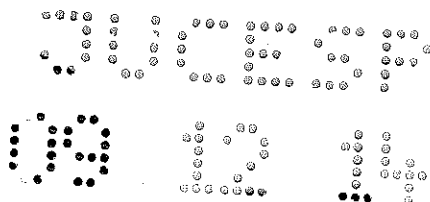


para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária e todos os seus termos e condições;

42
17027 123445

RECEBUE DE 10/02/84
RECEBUE DE 10/02/84
RECEBUE DE 10/02/84



- VIII. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária, com base nas informações prestadas pela Companhia e pelo Garantidor, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das informações apresentadas;
- IX. verificou a regularidade da constituição da Fiança, com base nas declarações prestadas pelo Garantidor, e verificará a regularidade da constituição da Alienação Fiduciária e dos valores bens objeto da Alienação Fiduciária, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária;
- X. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- XI. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XII. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XIII. não tem qualquer ligação com a Companhia e/ou com qualquer dos Outorgantes que o impeça de exercer suas funções; e
- XIV. inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, ou até sua efetiva substituição.
- 8.3 Em caso de substituição, ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu

AVOAT 01-712 EN
VISA VCE VON

43

5777821 110EZ

EN JA. 000000-17 11000000
SUIVE-1000 11000000
R0 000000-17 11000000

DEBENTURISTAS

DEBENTURISTAS

substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) se em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão e ao Contrato de Alienação Fiduciária;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.29 acima e 12 abaixo; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

DEBENTURES

DEBENTURES

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

I. receberá uma remuneração:

- (a) de R\$6.000,00 (seis mil reais) por ano, devida pela Companhia (sem prejuízo da Fiança, nos termos desta Escritura de Emissão), sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
- (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação do IGPM/Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
- (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;
- (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia e/ou pelo Garantidor, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente ao valor da remuneração devida pela Companhia, de acordo com os meses de atuação do Agente Fiduciário, limitada, em qualquer caso ao valor a que se refere a alínea (a) acima;
- (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização

monetária pelo IGPM, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e

(f) realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;

II. será reembolsado pela Companhia (sem prejuízo da Fiança, nos termos desta Escritura de Emissão) por todas as despesas comprovadas, razoáveis e cujos valores estejam de acordo com os praticados no mercado nas datas em que vier a incorrê-las para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de entrega de cópia dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões, fotocópias, digitalizações e envio de documentos;
- (c) transporte, viagens, alimentação e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária;
- (d) despesas com contatos telefônicos e conferências telefônicas;
- (e) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
- (f) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas;

III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia e/ou do Garantidor no pagamento das despesas a que se referem os incisos I e II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos

AVOADO 2-715 IN
RUA BOA VISTA

46
11077 123775

REGISTRO EM MOEDAS
11077 123775
** OFICIAL DE REGISTRO DE

DEBENTURISTAS

DEBENTURISTAS

Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia (sem prejuízo da Fiança, nos termos desta Escritura de Emissão), sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e

- IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia e do Garantidor, tendo preferência sobre esta na ordem de pagamento.
- 8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
 - II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (c), e na Cláusula 8.4 acima, incisos II e III; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
 - III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
 - IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência, demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de

AVOADO 62-718 811
RUA BOA VISTA

123456789 1107747

AVOADO 62-718 811
RUA BOA VISTA

ALIANÇA

DEBENTURAS

Alienação Fiduciária, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia e/ou, conforme aplicável, os Outorgantes não o faça(m), a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Companhia para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da configuração de inadimplemento de obrigação não pecuniária pela Companhia;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. verificar a regularidade da constituição das Garantias e do valor dos bens objeto da Alienação Fiduciária, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária;
- XI. examinar proposta de substituição dos bens objeto da Alienação Fiduciária, manifestando, se for o caso, sua expressa e justificada concordância, após aprovação pelos Debenturistas, reunidos em assembleia geral de Debenturistas;
- XII. intimar a Companhia e os Outorgantes a reforçar a Alienação Fiduciária, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária;
- XIII. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia e/ou de qualquer dos Outorgantes, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia e/ou do domicílio do respectivo Outorgante;
- XIV. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- XV. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;

AVONAT - 10/01/2014
123456789

123456789 48

123456789 48

Handwritten signature and initials.

- XVI. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVII. elaborar, no prazo legal, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia enviar todas as informações financeiras, atos societários e organograma do grupo societário da Companhia (que deverá conter os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e os integrantes de bloco de controle) e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
 - (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia e pelos Outorgantes nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária;
 - (i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente

5777321 11027 49

BRASIL, 11 de Maio de 2011
CNPJ nº 07.093.888/0001-90
RUA JOÃO DE BARROS, 100 - JARDIM PAULISTA - SÃO PAULO - SP

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE COMÉRCIO DA COMARCA DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E VEÍCULOS

fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e

(k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

- XVIII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVII acima no prazo máximo de 4 (quatro) meses contados do encerramento de cada exercício social da Companhia, ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;
- XIX. publicar, às expensas da Companhia (sem prejuízo da Fiança, nos termos desta Escritura de Emissão), nos termos da Cláusula 6.29 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVIII acima;
- XX. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia e os Debenturistas, ao subscrever ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XXI. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;
- XXII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e (b) daquela relativa à observância dos Índices Financeiros;
- XXIII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.29 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Outorgantes, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP;

11027 50 123445

RECEBIMOS DA COMPANHIA DE CREDITO IMOBILIAR S/A
O VALOR DE R\$ 1.000,00 (MIL REAIS)
EM 11/02/2011

CONCESSIONÁRIA

DE CREDITO

XXIV. divulgar as informações referidas no inciso XVII acima, alínea (j), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento; e

XXV. divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado pela Companhia em conjunto com o Agente Fiduciário.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Outorgantes, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
- II. observadas as disposições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
- III. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os Debenturistas em processo de falência, insolvência (conforme aplicável), recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.6.1 Observado o disposto na Cláusula 6.28 acima (e subcláusulas), o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a IV, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

8.7 O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Companhia para verificar o atendimento dos Índices Financeiros, desde que apuradas na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

8.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração

17 DEZ 2011 12:34:45

REGISTRO EM MOEDA
DE CREDITO
DE CREDITO

Handwritten signature and initials.

desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

- 8.9 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia.
- 8.10 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis, desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária.
9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.29 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.
- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das

52
9777821 23044

ASSOCIADOS
DEBENTURISTAS
DO GRUPO DE DEBENTURISTAS

2

RECEBEMOS

DEBÊNTURES

Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

- 9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.
- 9.6.1 Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão;
 - II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.16.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) de qualquer das Garantias; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (j) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (k) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (l) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, exceto pelo disposto na Cláusula 6.28.3 acima; e
 - III. a renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento, que deverão ser aprovados por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.
- 9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia e/ou a qualquer dos Outorgantes; (ii) a qualquer controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor,

87047 47-712 4N
RUA BOA VISTA

53

9777821 11027 1

54 30-04-2014-08 11:50:28
5015140103 2 307011
30 04-2014 08 11:50:28

DOESP

DOESP

conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

- 9.8 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.
- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.
- 9.11 As atas das assembleias gerais de Debenturistas deverão ser arquivadas na JUCESP e publicadas no DOESP e no jornal "Empresas e Negócios".

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO GARANTIDOR

- 10.1 A Companhia, neste ato, na Data de Emissão e em cada Data de Integralização, declara que:
- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;
 - II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão do Contrato de Alienação Fiduciária e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e, conforme aplicável, à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
 - III. os representantes legais da Companhia que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
 - IV. esta Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia e dos Outorgantes,

AVULSA 2-116 EN
123456789

54

123456789

AVULSA 2-116 EN
123456789

COMPANHIA

DE

conforme o caso, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou qualquer dos Outorgantes seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou qualquer dos Outorgantes seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia e/ou de qualquer dos Outorgantes, exceto pela Alienação Fiduciária; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou os Outorgantes e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, e não tem conhecimento sobre a ocorrência e existência, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- VII. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia e dos Outorgantes, em observância ao princípio da boa-fé;
- VIII. as informações prestadas por ocasião da Oferta são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- IX. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Investidores Qualificados são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- X. as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2012, 2013 e 2014 representam corretamente a

COMPANHIA

DE CREDITO

posição patrimonial e financeira da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

- XI. está, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- XII. está, assim como as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- XIII. possui, assim como as Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- XIV. inexistente, e, em relação às Controladas, não tem conhecimento de, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária; e
- XV. não há qualquer ligação entre a Companhia, os Outorgantes e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

10.2 O Garantidor, neste ato, na Data de Emissão e em cada Data de Integralização, declara que:

- I. é capaz para a prática de todos os atos da vida civil, e seu respectivo estado civil é aquele previsto em sua respectiva qualificação;
- II. está devidamente autorizado à celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e ao cumprimento de

RECEBIMOS
RUA BOA VISTA

56

11 DEZ 2011 123456

RECEBIMOS
RUA BOA VISTA
56 DEZ 2011 123456

CONSTITUÍ

DO

todas as obrigações aqui e ali previstas e, conforme aplicável, à realização da Emissão e da Oferta;

- III. esta Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Garantidor, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Garantidor seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (b) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual o Garantidor seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo do Garantidor, exceto pela Alienação Fiduciária; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Garantidor e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Garantidor e/ou qualquer de seus ativos;
- V. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, e não tem conhecimento sobre a ocorrência e existência, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- VI. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia e dos Outorgantes, em observância ao princípio da boa-fé;
- VII. as informações prestadas por ocasião da Oferta são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- VIII. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Investidores Qualificados são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;

57

11027 1234765

57

4

8

BRASIL

DEBENTURAS

- IX. está, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante; e
- X. está, conforme aplicável, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante.
- 10.3 A Companhia e o Garantidor, em caráter irrevogável e irretratável, de maneira não solidária, se obrigam a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações respectivamente prestadas por cada um nos termos das Cláusulas 10.1 e 10.2 acima.
- 10.4 A Companhia e o Garantidor obrigam-se a notificar, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso qualquer das declarações prestadas nos termos das Cláusulas 10.1 e 10.2 acima seja falsa e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada.
11. DESPESAS
- 11.1 Correrão por conta da Companhia e do Garantidor todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, das Garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, do Auditor Independente e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures ou às Garantias.
12. COMUNICAÇÕES
- 12.1 Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo, e serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão

BRASIL - 12-12-2011

12/12/2011 14:58

58

12/12/2011 14:58

BRASIL - 12-12-2011
12/12/2011 14:58

RECEBIDO

09 12 11

consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo o respectivo original ser enviado no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de envio da respectiva comunicação realizada por fac-símile ou correio eletrônico. A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

You Inc Incorporadora e Participações S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 360, 4º andar, conjunto 41
04543-000 São Paulo, SP

At.: Sr. Abrão Muszkat
Sr. Eduardo Muszkat
Sr. Murilo B. Marcondes

Telefone: (11) 3074-0780
(11) 3074-0761
(11) 3074-0791

Fac-símile: (11) 3074-0755

Correio Eletrônico: amuskat@youinc.com.br
emuskat@youinc.com.br
mmarcondes@youinc.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304
22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro
Sra. Marcelle Motta Santoro
Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br

III. para o Garantidor:

Abrão Muszkat

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 360, 4º andar, conjunto 41
04543-000 São Paulo, SP

Telefone: (11) 3074-0780

Fac-símile: (11) 3074-0755

Correio Eletrônico: amuskat@youinc.com.br

RECEBIDO
RUA SOA VISIA
M3 314-78 ANDAR

59

11027 1234775

RECEBIDO
RUA SOA VISIA
M3 314-78 ANDAR

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 13.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 13.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas.
- 13.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 13.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.
- 13.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

14. LEI DE REGÊNCIA

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

110E7E 60 1234475

[illegible]

4

COPIA
DE

15. FORO

- 15.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

São Paulo, 1º de dezembro de 2014.

(As assinaturas seguem na página seguinte.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

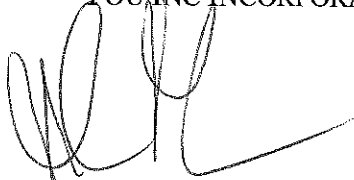
11057 123445
RUA BSA 101A
Nº 316-716 848
19
11057 123445
RUA BSA 101A
Nº 316-716 848



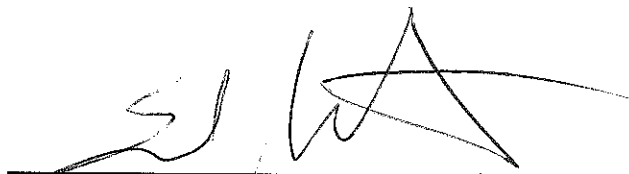
YOU INC INCORPORADORA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Primeira Emissão de You Inc Incorporadora e Participações S.A., celebrado entre You Inc Incorporadora e Participações S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Abrão Muszkat- Página de Assinaturas.

YOU INC INCORPORADORA E PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: ABRÃO MUSZKAT
Cargo: CEO



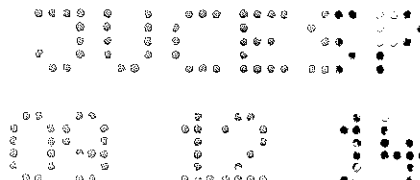
Nome: EDUARDO MUSZKAT
Cargo: CEO / COO

110EZ 1234675

110EZ 1234675



200



Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Primeira Emissão de You Inc Incorporadora e Participações S.A., celebrado entre You Inc Incorporadora e Participações S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Abrão Muszkat- Página de Assinaturas.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Rosane Basilio

Nome: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

11 DEZ 1995 A-2 1234445

SE DEPARTAMENTO DE REGISTRO E
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
RECEBEU EM 11/12/95 ÀS 14H30

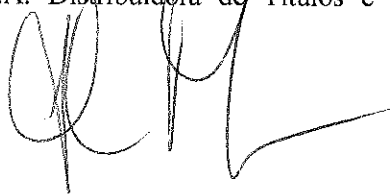
RUA BOA VISTA
Nº 216-75 ANDAR

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

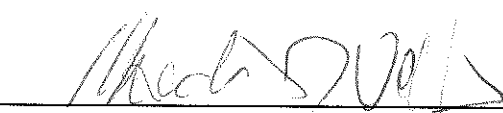
JUCESP
090314

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Primeira Emissão de You Inc Incorporadora e Participações S.A., celebrado entre You Inc Incorporadora e Participações S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Abrão Muszkat- Página de Assinaturas.

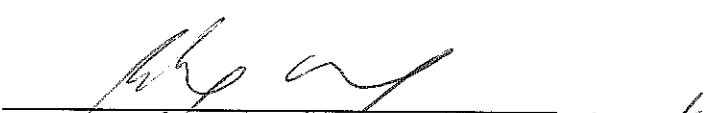


ABRÃO MUSZKAT

Testemunhas:



Nome: Alexandre Denes Delfino
Id.: RG: 23.418.319-6-SSP/SP
CPF/MF: CPF: 151.530.628-30



Nome: Marcelo Brighetti de Almeida
Id.: 33431866-2
CPF/MF: 221.082-878-33



JUCESP



11 DEZ 2014 12:36:45
RUA JOAQUIM VISTA
Nº 314-79 ANDAR

9º OFFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
DE SÃO PAULO

9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 68.157.387/0001-28
Alfredo Cristiano Carvalho Homem - Oficial
Emol. R\$ 8.140,24 Protocolado e prenotado sob o n. 1.234.445 em
Estado R\$ 2.313,55 11/12/2014 e registrado, hoje, em microfilme
Ipesp R\$ 1.713,73 sob o n. 1.234.445, em títulos e documentos.
R. Civil R\$ 428,44 São Paulo, 11 de dezembro de 2014
T. Justiça R\$ 428,44

Total R\$ 13.024,40

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba

Alfredo Cristiano Carvalho Homem - Oficial
Camile Carvalho Homem Rulo - Oficial Substituta

A-3